



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 555159 - RS (2019/0385979-8)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : JULIANO FERNANDES RANNOV E OUTROS**  
**ADVOGADOS : JULIANO FERNANDES RANNOV - RS110048**  
**EDUARDO PEREIRA GUEDES - RS103309**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PACIENTE : JOHN LENNON PEREIRA MAYER (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

### DECISÃO

**JOHN LENNON PEREIRA MAYER** alega sofrer coação ilegal ante acórdão do **Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul** (Processo n. 0306294-24.2019.8.21.7000).

O recorrente busca a revogação ou a substituição de sua prisão preventiva, ante a suposta prática de tráfico de drogas. Assinala que não está concretamente fundamentado o *periculum libertatis* e que todas as evidências expostas nos autos apontam para o contexto de uso, e não de tráfico.

O Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem.

#### **Decido.**

O impetrante deixou de instruir o habeas corpus com a cópia da denúncia e com a folha de antecedentes do acusado, o que prejudica sobremaneira a compreensão da controvérsia. No andamento processual, disponível na página eletrônica do Tribunal, consta que a audiência de instrução foi cancelada e não há registro de expedição de alvará de soltura em benefício do paciente.

A teor da comunicação do flagrante, ocorrido em **14/11/2019** (fl. 37):

COMUNICA [...] VINDO A GUARNIÇÃO SER ACIONADA PELA SALA DE OPERAÇÕES QUE INFORMOU QUE HAVIA DENÚNCIAS QUE[...] ESTAVA OCORRENDO A VENDA DE

DROGAS. [...] NO LOCAL OS POLÍCIAS VISUALIZARAM UM INDIVÍDUO SAINDO DO INTERIOR DA RESIDÊNCIA, SENDO ELE ABORDADO NO PORTÃO DA RESIDÊNCIA E IDENTIFICADO COMO EMANUEL RHODES DO NASCIMENTO (TESTEMUNHA), SENDO ENCONTRADO NA MÃO DO MESMO UM CIGARRO DE MACONHA, QUESTIONADO PELOS POLÍCIAIS EMANUEL DISSE: QUE **HAVIA COMPRADO A DROGA NA RESIDÊNCIA COM O KESSE. DIANTE DA SITUAÇÃO OS POLÍCIAIS MILITARES ADENTRARAM A RESIDÊNCIA E ENCONTRARAM NO INTERIOR DA MESMA O CASAL JHON LENNON PEREIRA MAYER VULGOKESSE (ACUSADO) E SUA COMPANHEIRA CASSIA SANTOS DOS ANJOS (ACUSADA), QUESTIONADOS PELOS POLÍCIAS CASSIA SANTOS DISSE: QUE É USUÁRIA DE DROGAS E QUE TINHA NA RESIDÊNCIA DUAS PORÇÕES DE MACONHA PESANDO NO TOTAL 1,60 GRAMAS, MOSTRANDO O LOCAL ONDE A DROGA ESTARIA (DENTRO DE UMA GAVETA). DURANTE AS BUSCAS OS POLÍCIAIS ENCONTRARAM EM VÁRIOS LOCAIS DA CASA DINHEIRO TOTALIZANDO O VALOR DE R\$ 2.316,70, [...] TAMBÉM FOI APREENDIDO NO INTERIOR DA RESIDÊNCIA 04 APARELHOS CELULARES.**

Existem indícios razoáveis da venda de entorpecentes e para que se possa analisar a versão diferente do réu, seria necessário realizar dilação probatória, providência incabível na via mandamental do habeas corpus.

No mais, o decreto de prisão preventiva está assim fundamentado (fl. 92):

[...] a custódia preventiva se faz necessária, para a garantia da ordem pública, **porque os flagrados foram presos logo após terem comercializado drogas com terceiros, autuação que iniciou com denúncia acerca do tráfico de drogas rotineiro na residência de ambos.** Nesse contexto, apesar da pouca quantidade de droga apreendida, há fortes indicativos de que **não se mostrariam eficientes e/ou pertinentes para o caso em tela a utilização de outras medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP** em face do risco concreto de, uma vez posto em liberdade, reiterar a prática criminosa.

Portanto, estando presentes os elementos que autorizam a decretação da prisão preventiva, fragilizada está a análise da pertinência de outras medidas cautelares.

Não obstante, em relação à Cássia, verifico que a mesma tem filho menor de 12 anos de idade, atualmente com 3 anos, razão pela qual se pressupõe ser indispensável a flagrada aos cuidados do mesmo, razão pela qual lhe deve ser concedida prisão domiciliar, [...]

O Tribunal de Justiça, ao julgar o habeas corpus originário, acrescentou (fl. 31):

[...] muito embora as circunstâncias fáticas do caso concreto, em si, não se afastem da gravidade inerente ao tipo penal em abstrato, a condição pessoal do paciente, **ainda que tecnicamente primário**, justifica o receio de reiteração criminosa, em eventual soltura.

**Isso porque, este já é o terceiro processo a que está respondendo pela prática de tráfico**, conforme se verifica em sua certidão de antecedentes.

A prisão preventiva é compatível com a presunção de não culpabilidade do acusado desde que **não assuma natureza de antecipação da pena** e não decorra, automaticamente, da natureza abstrata do crime ou do ato processual praticado (art. 313, § 2º, CPP).

Além disso, a decisão judicial deve apoiar-se em **motivos e fundamentos concretos**, relativos a fatos novos ou contemporâneos, dos quais se possa extrair o perigo que a liberdade plena do investigado ou réu representa para os meios ou os fins do processo penal (arts. 312 e 315 do CPP).

O Juiz deve sinalizar, na forma do art. 282, § 6º do CPP, que, presentes os motivos que autorizam a segregação provisória, **não é suficiente e adequada a sua substituição por outra(s) medida(s) cautelar(es) menos invasivas à liberdade**.

**A existência de denúncia anônima sobre o comércio rotineiro no local (narrativa usual nesse tipo de acusação, de difícil confrontação pela defesa, a qual, recomenda-se, o Juiz deve confirmar mediante a requisição do documento que registrou a *delatio criminis* inqualificada, antes da atuação da guarnição), a princípio, poderia originar somente investigações preliminares.**

Embora o Juiz mencione de os policiais identificaram a venda de maconha no interior da residência do flagrado, a revelar a necessidade de algum acautelamento da ordem pública, não se mostram suficientes as razões elencadas para embasar a medida cautelar mais extremada, sobretudo quando considerada a

quantidade ínfima de droga apreendida – **1,6 g de maconha** – e a identificação de um único usuário, o que não autoriza a conclusão sobre tráfico de drogas rotineiro ou em larga escala. Ressalta-se, ainda, que não foram encontrados outros utensílios típicos de traficância como meio de vida, como balança de precisão, embalagens para fracionamento individual do entorpecentes, anotações do comércio etc.

Ainda que o Tribunal haja mencionado que "este já é o terceiro processo a que [o réu] está respondendo pela prática de tráfico" (fl. 31), **não existiu esse registro no título judicial que embasa a prisão preventiva do paciente**. Nos termos da jurisprudência desta Corte, em habeas corpus, o "acréscimo de fundamentos, pelo Tribunal local, não se presta a suprir o vício de motivação do Juízo natural, sob pena de, em ação concebida para a tutela da liberdade humana, legitimar-se o ato construtivo ao direito de locomoção do paciente" (HC n. 493.448/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 18/02/2020, DJe 26/02/2020).

**É desproporcional manter alguém preso preventivamente, desde 14/11/2019, em contexto de apreensão de 1,6g de maconha**, principalmente na situação de crise atual. A Recomendação n. 62/2020, o Conselho Nacional de Justiça conclama os Tribunais e os Magistrados a adotarem medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus e a priorizar apenas as segregações inarredáveis, de presos particularmente violentos ou que representem elevado risco aos bens jurídicos tutelados pelo art. 312 do CPP. Confira-se:

Art. 4º Recomendar aos magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerem as seguintes medidas:

I – **a reavaliação das prisões provisórias**, nos termos do art. 316, do Código de Processo Penal, priorizando-se:

c) **prisões preventivas que tenham excedido o prazo de 90 (noventa) dias ou que estejam relacionadas a crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa;**

Assim, uma vez que a) **o delito atribuído ao acusado não envolveu violência ou grave ameaça contra pessoa;** b) o próprio Tribunal de

origem reconheceu, expressamente, **ser ele tecnicamente primário ao tempo do delito**; c) no contexto da prisão em flagrante, não foram apreendidos outros apetrechos destinados à traficância, tais como armamentos, balança de precisão ou anotações acerca da contabilidade do tráfico de drogas; d) **a quantidade de drogas não é ínfima**, mostra-se suficiente e adequado para atender às exigências cautelares do art. 282 do CPP, mesmo à vista de seus registros anteriores, a fixação de cautelares menos aflitivas, igualmente suficientes para evitar a reiteração delitiva.

À vista do exposto, **concedo o habeas corpus para substituir a prisão preventiva do paciente pela: a) obrigação de comparecer aos atos do processo, quando sua presença seja necessária para a instrução e b) proibição em socializar, no interior de sua residência, por ser o local apontado do tráfico, com pessoas outras que não sejam seus familiares e/ou companheira (o).**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator